

---

**ENC: pedido de esclarecimento item 72 e 73 PREGÃO ELETRÔNICO No 90.011/2025 PROCESSO DE COMPRA No 27/2025**

---

**De** Comissão Permanente de Licitação - Câmara Municipal de Cubatão <cpl@cubatao.sp.leg.br>

**Data** Qua, 08/10/2025 13:17

**Para** brunoodorizi@yahoo.com.br <brunoodorizi@yahoo.com.br>

Prezado Senhor.

Em resposta ao seu Pedido de Esclarecimento, encaminho a resposta elaborada pelo Dr. Daniel Feitosa, Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações da Câmara Municipal de Cubatão, que informa, em resumo, que o item 72 (Lotes 10 e 11) do Termo de Referência - TR do Pregão Eletrônico nº 90.011/2025 (Processo de Compra nº 27/2025), qual seja, CADEIRA PRESIDENTE ENCOSTO ALTO, se enquadra na categoria de marca e modelo obrigatório (hipótese do art. 41, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021). Ou seja, o licitante mais bem classificado para os lotes 10 e 11 deverá apresentar proposta para o item 72 de acordo com a marca e o modelo indicados, conforme justificativas constantes do item 4.2.1. e subitens, do item 4.2.2. e subitem 4.2.2.5. e do item 4.2.4 e subitem 4.2.4.1. do Termo de Referência.

Atenciosamente,

Marco Paulo Giorgio Loureiro  
Agente de Contratação/Pregoeiro

---

**De:** Diretoria - Câmara Municipal de Cubatão <gds@cubatao.sp.leg.br>

**Enviada em:** quarta-feira, 8 de outubro de 2025 12:17

**Para:** Vagner Gil Fernandes <vagner@cubatao.sp.leg.br>

**Cc:** Comissão Permanente de Licitação - Câmara Municipal de Cubatão <cpl@cubatao.sp.leg.br>

**Assunto:** ENC: pedido de esclarecimento item 72 e 73 PREGÃO ELETRÔNICO No 90.011/2025 PROCESSO DE COMPRA No 27/2025

Prezado,

Encaminho resposta do Sr. Daniel Feitosa - Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações no email anterior a respeito do questionamento.

Atenciosamente,

**Beatriz Esteves Santana**

**Gabinete do Gestor Legislativo**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO**

[gds@cubatão.sp.leg.br](mailto:gds@cubatão.sp.leg.br)

13 3362-1013

Pça dos Emancipadores, SN

Centro - 11510-039 - Cubatão/SP

---

De: Daniel Jose Feitosa Santos <[daniel@cubatao.sp.leg.br](mailto:daniel@cubatao.sp.leg.br)>

Enviado: terça-feira, 7 de outubro de 2025 17:12

Para: Diretoria - Camara Municipal de Cubatao <[gds@cubatao.sp.leg.br](mailto:gds@cubatao.sp.leg.br)>

Assunto: RE: pedido de esclarecimento item 72 e 73 PREGÃO ELETRÔNICO No 90.011/2025 PROCESSO DE COMPRA No 27/2025

Ao Gestor Legislativo,

Dr. Áureo Tupinambá de Oliveira Fausto Filho.

No que tange ao item 72 (Lotes 10 e 11) do Termo de Referência - TR do Pregão Eletrônico nº 90.011/2025 (Processo de Compra nº 27/2025), qual seja, **CADEIRA PRESIDENTE ENCOSTO ALTO**, é de se observar que o item 4.2.2 do TR assim preceitua: “de acordo com o DOD da unidade requisitante e as ponderações e justificativas feitas nos subitens do item 4.2.1., os bens que possuem indicação de **marca e modelo obrigatório** (hipótese do art. 41, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021) são os seguintes: [...] 4.2.2.5. item 72 (lotes 10 e 11): Marca Frisokar, modelo Cadeira Presidente Executiva New Onix;”. Tal escolha decorreu da adoção do princípio da padronização, conforme explicitado nos subitens do item 4.2.1 do TR, do qual se transcrevem os seguintes, com a respectiva fundamentação:

4.2.1.2. O art. 41 da Lei Federal nº 14.133/2021 possibilita, em caráter excepcional, a indicação de uma ou mais marcas ou modelos em licitações que envolvam o fornecimento de bens, desde que a medida seja formalmente justificada na fase de planejamento da contratação. O inciso I de tal dispositivo preceitua que a Administração poderá excepcionalmente indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses: a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

4.2.1.3. Em comentários ao dispositivo citado, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP examinou as possibilidades de indicação de marcas em relação às alíneas do art. 41 e exarou a seguinte orientação<sup>[1]</sup>, sublinhando-se os excertos essenciais para aplicação no presente caso:

“Em regra, a exigência de marca ou modelo não é admitida nos certames licitatórios. No entanto, ela será admitida para atender necessidades específicas da Administração Pública, desde que fundada em razões objetivas e critérios técnicos.

As três primeiras alíneas trazem situações em que apenas uma determinada marca é apta a atender as necessidades da Administração. A primeira decorre do processo de padronização do órgão. A segunda hipótese ocorre quando apenas os produtos de determinada marca ou modelo se compatibilizam com aquisições anteriores da Administração. Na terceira, apenas determinada marca ou modelo é capaz de atender as necessidades da Administração. Importante ressaltar que esta última hipótese não se trata de inviabilidade de competição e conseqüente inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, pois embora haja apenas uma marca ou modelo capaz de atender as necessidades do contratante, existe uma pluralidade de fornecedores que podem entregar o objeto.

A última hipótese difere das anteriores pois existe uma pluralidade de marcas e modelos capazes de atender a necessidade do órgão, a indicação é feita apenas como

parâmetro de comparação, para facilitar a identificação do objeto. Assim, produtos de outras marcas ou modelos poderão ser ofertados desde que apresentem desempenho similar ao indicado.”

4.2.1.4. Analisando-se a justificativa apresentada no DOD, tem-se a situação de que as aquisições anteriores de poltronas e cadeiras para os espaços liberados após a reforma estabeleceu um padrão funcional e visual que a Câmara, visando a coerência e a otimização de recursos, busca replicar. A utilização dos modelos e marcas já adquiridos facilita a compreensão dos requisitos técnicos e estéticos exigidos, permitindo que a Administração receba propostas de produtos que atendam ao mesmo padrão de qualidade e desempenho. No caso, para essas hipóteses, a permissão para indicar marca ou modelo, embora possa parecer uma exceção ao princípio da competitividade, é, na verdade, uma manifestação superior dos princípios da eficiência e da economicidade. A busca por competição irrestrita, sem a devida análise de cenários, pode, em certas circunstâncias, levar a custos maiores e a prejuízos no médio e longo prazo, como despesas adicionais com manutenção, gestão de estoque e depreciação do patrimônio. A Lei Federal nº 14.133/2021 reconhece essa realidade, permitindo que a Administração se desvie da regra geral quando uma solução padronizada se apresentar como a mais vantajosa para o interesse público.

4.2.1.5. O Tribunal de Contas da União - TCU, através de sua Súmula 270, entende que “Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação”.

4.2.1.6. Assim, para os bens que se enquadram na situação descrita no item 4.2.1.4 acima, estabelecer-se-ão as marcas e modelos de maneira obrigatória, com amparo na citada previsão legal da alínea “b” do inciso do art. 41 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos entendimentos dos tribunais de contas aqui citados e nas demais justificativas que adiante se entendem cabíveis.

4.2.1.7. A adoção de um padrão único para poltronas de auditório e cadeiras de escritório simplifica de maneira significativa a gestão do patrimônio público e os processos de manutenção. A padronização de peças sobressalentes, por exemplo, permite que a administração mantenha um estoque unificado para todos os equipamentos, otimizando os recursos públicos e reduzindo a complexidade do inventário. A uniformidade dos modelos facilita a manutenção preventiva e corretiva, pois a Câmara poderá negociar contratos de manutenção e garantia com um único fornecedor, o que reduz a complexidade e os custos. Isso se traduz em um menor tempo médio para reparo, garantindo que os equipamentos estejam operacionais em menos tempo. Além disso, a gestão de contratos de garantia e assistência técnica se torna mais simples e eficiente, pois todos os itens estão sob as mesmas condições comerciais.

Desse modo, conforme consta do subitem 4.2.1.8 do TR, **a definição dos modelos de cadeiras e poltronas foi oriunda da aquisição, por certame licitatório, ocorrida para mobiliar os espaços liberados após a primeira etapa da reforma do prédio da Câmara, estando tais itens já em uso e sido aprovados pela Administração,** seja sob critérios ergonômicos, seja sob aspectos de qualidade. Isso porque é de se verificar que os modelos já adquiridos atenderam às exigências da Norma Regulamentadora NR-17, a qual trata da ergonomia e torna a adequação do mobiliário uma obrigação legal para o empregador.

Demais disso, no subitem 4.2.1.10., foi consignado que é também de se considerar que a reforma do edifício-sede da Câmara consistiu num investimento significativo que buscou não apenas modernizar a infraestrutura, mas também projetar uma imagem de profissionalismo, modernidade e cuidado com os servidores e com o público. **A padronização do mobiliário acaba sendo um elemento intrínseco a essa estratégia de identidade visual.** A introdução de modelos diferentes de cadeiras e poltronas, mesmo que de qualidade equivalente, quebraria a harmonia e a coesão do ambiente, desvalorizando o investimento global e comprometendo a imagem institucional que se busca construir. A

**decisão de manter o design dos itens acaba não sendo um critério supérfluo, mas um componente da qualidade percebida e um requisito para a completa realização dos objetivos da reforma.**

Desse modo, **a padronização assegura que as novas aquisições sejam compatíveis em termos de dimensões, estrutura e funcionalidades com os itens já existentes.** É de se ressaltar que as cadeiras e poltronas atuais da Câmara, decorrentes de contratações anteriores, são praticamente todas da marca Frisokar, em diversos modelos, subsumindo-se que, a partir do que pontua no DOD a unidade requisitante, os itens adquiridos atendem às necessidades da Casa sob os diversos aspectos envolvidos, como qualidade, durabilidade, segurança e estética. O que faz se desenhar o ensejo da padronização por ela requerida.

Assim, consoante consignado no subitem 4.2.1.13 do TR, entende-se que **a exigência de marca e modelo para cadeiras de escritório e poltronas de auditório encontra-se em conformidade com o disposto no art. 41, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021**, fundamentando-se na necessidade de manter a padronização estética e funcional, garantir a compatibilidade com o mobiliário já existente e otimizar os processos de manutenção e gestão, promovendo a eficiência e a economicidade na administração pública, consoante solicitado pela unidade requisitante.

Por fim, é de se pontuar que os modelos e marca indicados, embora sejam de apenas um fabricante, podem ser fornecidos por diversos fornecedores, não trazendo restrição à competitividade, consoante demonstrado na instrução processual.

Desse modo, considerando a escolha e a decisão da Administração pela padronização dos itens a serem licitados, mormente o que se encontra sendo objeto de questionamento, na forma aqui delineada, sugere-se esclarecer ao licitante que o item 72 (Lotes 10 e 11) do Termo de Referência - TR do Pregão Eletrônico nº 90.011/2025 (Processo de Compra nº 27/2025), qual seja, **CADEIRA PRESIDENTE ENCOSTO ALTO**, se enquadra na categoria de **marca e modelo obrigatório** (hipótese do art. 41, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021). Ou seja, o licitante mais bem classificado para os lotes 10 e 11 deverá apresentar proposta para o item 72 de acordo com a marca e o modelo indicados, conforme justificativas constantes do item 4.2.1. e subitens, do item 4.2.2. e subitem 4.2.2.5. e do item 4.2.4 e subitem 4.2.4.1. do Termo de Referência.

Cordialmente,

Daniel Feitosa - Coordenador de Planejamento de Compras e Contratações.

---

[1] <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao-comentada/lei-14133-1o-abril-2021/41>

---

**De:** Diretoria - Câmara Municipal de Cubatão <[gds@cubatão.sp.leg.br](mailto:gds@cubatão.sp.leg.br)>

**Enviado:** terça-feira, 7 de outubro de 2025 16:33

**Para:** Daniel Jose Feitosa Santos <[daniel@cubatão.sp.leg.br](mailto:daniel@cubatão.sp.leg.br)>

**Assunto:** ENC: pedido de esclarecimento item 72 e 73 PREGÃO ELETRÔNICO No 90.011/2025 PROCESSO DE COMPRA No 27/2025

Sr. Coordenador,

Por gentileza, solicito que analise e se manifeste com relação aos questionamentos.

Atenciosamente,

Mayara Ventura

Gabinete do Gestor Legislativo

**CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO**

[gds@cubatão.sp.leg.br](mailto:gds@cubatão.sp.leg.br)

13 3362-1013

Pça dos Emancipadores, SN

Centro - 11510-039 - Cubatão/SP

---

**De:** Vagner Gil Fernandes <[vagner@cubatao.sp.leg.br](mailto:vagner@cubatao.sp.leg.br)>

**Enviado:** terça-feira, 7 de outubro de 2025 16:20

**Para:** Diretoria - Camara Municipal de Cubatao <[gds@cubatao.sp.leg.br](mailto:gds@cubatao.sp.leg.br)>

**Cc:** Comissao Permanente de Licitacao - Camara Municipal de Cubatao <[cpl@cubatao.sp.leg.br](mailto:cpl@cubatao.sp.leg.br)>

**Assunto:** ENC: pedido de esclarecimento item 72 e 73 PREGÃO ELETRÔNICO No 90.011/2025 PROCESSO DE COMPRA No 27/2025

Sr. Gestor Legislativo:

Foram recebidos questionamentos do Sr. Bruno Odorizi (2º e-mail). Encaminho o presente para vossa análise e esclarecimento dos mesmos, de forma a subsidiar a resposta a ser dada por esta Comissão. Ressalto que a reunião de abertura está designada para 20/10/2025 às 09h30.

sds,

Vagner Gil Fernandes  
Equipe de apoio  
Câmara Municipal de Cubatão  
13 3362-1000

---

**De:** Comissao Permanente de Licitacao - Camara Municipal de Cubatao <[cpl@cubatao.sp.leg.br](mailto:cpl@cubatao.sp.leg.br)>

**Enviado:** terça-feira, 7 de outubro de 2025 16:02

**Para:** Vagner Gil Fernandes <[vagner@cubatao.sp.leg.br](mailto:vagner@cubatao.sp.leg.br)>

**Assunto:** ENC: pedido de esclarecimento item 72 e 73 PREGÃO ELETRÔNICO No 90.011/2025 PROCESSO DE COMPRA No 27/2025

Prezado Vagner, solicito verificar junto à unidade requisitante, e/ou com a Comissão de Planejamento, subsídios para a resposta ao Pedido de Esclarecimento efetuado.

Att.

Marco Paulo Giorgio Loureiro

Agente de Contratação/Pregoeiro

---

**De:** BRUNO ODORIZI <[brunoodorizi@yahoo.com.br](mailto:brunoodorizi@yahoo.com.br)>

**Enviada em:** terça-feira, 7 de outubro de 2025 12:36

**Para:** Comissao Permanente de Licitacao - Camara Municipal de Cubatao <[cpl@cubatao.sp.leg.br](mailto:cpl@cubatao.sp.leg.br)>

**Assunto:** pedido de esclarecimento item 72 e 73 PREGÃO ELETRÔNICO No 90.011/2025 PROCESSO DE COMPRA No 27/2025

# Pedido de Esclarecimento

**PREGÃO ELETRÔNICO No 90.011/2025 PROCESSO DE COMPRA No 27/2025**

**OBJETO:** Aquisição de Mobiliário (**Item 72 e 73**)

À: CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO A/C: Pregoeiro(a) Oficial

Prezado(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e Membros da Equipe Técnica,

A Vpo Comercio por meio deste, solicita esclarecimentos essenciais acerca da especificação técnica dos **Itens 72 e 73 – Cadeira Presidente Encosto Alto**, que utiliza a **Frisokar New Onix** como referência.

**Reconhecemos e parabenizamos a CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO por priorizar a qualidade e a segurança ergonômica, exigindo as rigorosas normas ABNT NBR 13962/2018 e NR-17.** Nosso objetivo é demonstrar que a **Cadeira Realli Presidente** da **PLAXMETAL**, um dos maiores e mais conceituados fabricantes de mobiliário corporativo de primeira linha do Brasil, **atende integralmente ao nível de qualidade exigido** e deve ser aceita, em nome da competitividade e da economicidade.

## 1. O Critério Inegociável: Certificação e Qualidade Plaxmetal

Sabemos perfeitamente que o Órgão, ao especificar detalhes, busca garantir o melhor produto, e talvez já tenha um pré-conceito favorável em relação ao produto Frisokar. No entanto, a **Plaxmetal** comprova sua excelência com o padrão máximo de conformidade:

- **Certificação ABNT NBR 13962:2018:** A Cadeira **Realli Presidente** possui certificação formal de que passou em todos os testes de segurança, resistência e estabilidade exigidos pela Norma Brasileira.
- **Laudo Ergonômico NR-17:** Confirma a adequação do produto ao biótipo nacional e às diretrizes de ergonomia para o trabalho.

**Argumentação:** Em um produto **CERTIFICADO**, as dimensões e espessuras literais do Edital tornam-se secundárias, pois o **Laudo de Ensaio** já atesta a adequação ergonômica e estrutural (NR-17 e NBR 13962) do conjunto.

## 2. Equivalência Estrutural e Mecânica

A Cadeira Realli Presidente atende plenamente aos requisitos funcionais:

Requisito do Edital	Conformidade Plaxmetal Realli Presidente	Argumento de Qualidade
<b>Monobloco Espaldar Alto encosto em concha c/ Apoio de Cabeça</b>	Sim, <b>assento e monobloco com apoio de cabeça</b>	<b>ATENDIMENTO PLENO.</b> O conceito estrutural é o mesmo: máximo suporte e robustez. O encosto (espuma) de <b>770 mm SUPERA</b> a altura mínima exigida de 700 mm.

<b>Base e Braços</b>	Base de <b>Alumínio Polido</b> e Braços <b>Fixos em Alumínio Polido</b>	<b>ATENDIMENTO PLENO.</b> O uso de alumínio injetado ou fundido confere a durabilidade e a estética executiva (polido) buscada pelo Órgão.
<b>Rodízios</b>	Banda de rodagem em <b>PU</b> e diâmetro de <b>55 mm</b>	<b>SUPERIORIDADE.</b> Rodízios de 55 mm garantem maior facilidade de movimento e durabilidade, superando o mínimo de 48 mm exigido.
<b>Mecanismo</b>	Tipo <b>Relax Plax</b>	<b>EQUIVALENTE.</b> O mecanismo Relax Plax permite a reclinção e travamento, cumprindo a mesma funcionalidade de movimentação simultânea (reclinção excêntrica).

### 3. Tratamento das Divergências (Espessuras e Espumas)

Reconhecemos que o Edital exige uma espessura de compensado de 15 mm e espessuras de espuma de 60 mm, enquanto a Realli apresenta:

- Compensado: **12 mm** (ao invés de 15 mm).
- Espuma: **40 mm** no assento e **20 mm** no encosto (ao invés de 60 mm).
- Espuma: **Laminada** (ao invés de injetada) e densidades (33 kg/m<sup>3</sup>/28 kg/m<sup>3</sup>) que se opõem à "alta densidade" requerida para injetadas.

#### Nossa Defesa Final

**Solicitamos que a Comissão Técnica priorize o resultado do ensaio laboratorial sobre a característica construtiva:** O fato de a Plaxmetal utilizar uma espuma de **40 mm/20 mm laminada** é uma **característica de projeto que foi testada e aprovada com sucesso na NBR 13962:2018**. A Plaxmetal, como fábrica de primeira linha, garante a durabilidade e conforto através desta configuração específica de espuma laminada de alta qualidade, mesmo que a espessura seja diferente. **Se o produto é certificado, a diferença milimétrica na espessura do compensado (12 mm vs 15 mm) é irrelevante e não pode ser usada para desclassificar o produto.**

#### Pedido Formal

Considerando que a **Cadeira Realli Presidente da PLAXMETAL** atende ao **Lauda NR-17 e possui a Certificação ABNT NBR 13962:2018**, que é o padrão de qualidade máximo do Edital, solicitamos:

1. **A inclusão formal da Cadeira Realli Presidente da Plaxmetal como modelo de referência aceitável** para os Itens 72 e 73.
2. **A confirmação de que a Certificação ABNT NBR 13962:2018 para o produto específico prevalecerá** sobre as divergências literais de espessura de espuma e compensado, uma vez que

o ensaio já atesta a segurança e durabilidade do conjunto.

Cientes de que o Órgão visa a máxima qualidade com a maior economia, aguardamos o pronto esclarecimento.

Atenciosamente,

Bruno Odorizi